



## **O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA REDE REGULAR DE ENSINO**

Antônio Carlos dos Santos Júnior <sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Muito se tem discutido o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência visual, no entanto, estudos destacam que a escola, a falta de preparação docente, como também a carência de recursos e materiais didáticos especializados dificultam o processo de ensino e de aprendizagem dos deficientes visuais, tornando a tão necessária inclusão cada vez mais distante de ser alcançada.

Assim, adotar formas adequadas de assistência e de apoio ao deficiente visual para melhor desenvolver suas habilidades e suas competências no ambiente escolar é extremamente necessária. Dentro desse contexto, questiona-se: quais dificuldades são encontradas no processo de inclusão educacional de alunos com deficiência visual?

Partindo deste pressuposto, este trabalho objetiva analisar como acontece o processo de inclusão do aluno com deficiência visual em uma instituição pública do município de Tobias Barreto- SE.

A justificativa deste estudo se dá pela necessidade de pesquisas no âmbito inclusivo da deficiência visual, visto que tal assunto ainda é vítima de problematizações que afetam a seguridade da educação. Muito se tem discutido acerca de tal problema, porém a ausência de possibilidades de inclusão é constante, tornando, desse modo, a necessidade de ações inclusivas e humanizadas. Conseqüentemente, este trabalho é relevante por proporcionar aos educadores e sociedade em geral discussões que oportunizam a viabilidade da inclusão escolar e das práticas educacionais junto a elas.

Para desenvolvimento deste artigo, foi realizada uma pesquisa de campo e de abordagem qualitativa. Para tanto, os referidos dados foram discutidos por meio de autores que abordam acerca da deficiência visual, como também que relatam a real necessidade de inclusão e a importância de uma educação igualitária e humanizada.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Cesumar - UNICESUMAR, [antoniocsjr@live.com](mailto:antoniocsjr@live.com)



## Breve histórico da educação para deficientes visuais

O histórico educacional dos cegos teve início em Paris, no século XVIII, de maneira sistemática a partir da criação da primeira escola destinada à educação dos cegos e à sua preparação para o mercado de trabalho em 1784.

Conforme French (1932) apud Silveira Bueno (1993), em 1808, foi apresentado aos alunos do Instituto Real dos Jovens Cegos, o sistema Barbier, que consistia num sistema codificado de pontos em relevo, usado no diálogo em expedições militares. Tal sistema era visivelmente superior ao das letras em relevo, entretanto, este sistema possuía dificuldades as quais corroboraram na busca de seu aperfeiçoamento.

Em 1824, Louis Braille, músico e professor francês, adaptou o Sistema Barbier, passando a nomeá-lo de Sistema Braille, elevando o grau de aceitação e melhor compreensão por parte dos cegos do instituto. Nessa perspectiva Silveira Bueno (1993) corrobora que o reconhecimento do Sistema Braille proporcionou a criação de escolas para cegos, principalmente na Europa. Permitiu também a criação de salas de aula especificamente para crianças portadoras de deficiência visual nas escolas públicas, a primeira delas fundada em 1900 nos Estados Unidos.

No Brasil o acesso de pessoas com deficiência visual à educação escolar teve início em 1854, quando o então imperador D. Pedro II, encorajado pelo jovem cego José Álvares de Azevedo, fundou a primeira escola para cegos no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente Instituto Benjamin Constant.

Em junho de 1994, em Salamanca, na Espanha, delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representantes governamentais e organizações internacionais assinaram a Declaração de Salamanca, afirmando que:

Deve-se entender pelo conceito de educação que todas as crianças devem ter acesso à educação de qualidade, uma vez que isto está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, desta feita é que este importante documento retoma o norte de todas as pessoas com deficiência. Isto para garantir a elas o direito de expressar os seus anseios com relação à sua educação. Fica claro que “Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 5 - 6).

Assim, a declaração de Salamanca reafirmou o compromisso com a educação para todos, expondo a necessidade da garantia da educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

## A Educação inclusiva e a formação dos professores

A educação inclusiva exige do sistema educacional uma transformação, tanto no que diz respeito ao pensar educacional, quanto na prática diária de ensino.

Nessa perspectiva Mittler (2003) afirma que a inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com as linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelas políticas públicas, pela comunidade e acima de tudo pela família.

É importante que as escolas tenham conhecimento em educação inclusiva e estejam preparadas para receber de forma adequada os estudantes com necessidades especiais. O aluno precisa ser incluso e possuir liberdade e prazer de estar na escola. Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB em seu artigo 59 garante que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais:

- I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 1996, p. 44).

Para Fávero (2009), um dos desafios que emergem da escola inclusiva é a formação dos professores, sobretudo, no repensar e no ressignificar da sua concepção de educador. Visto que, o processo educativo incide na criação e no desenvolvimento de “contextos” educativos que possibilitem a interação crítica e criativa entre sujeitos singulares, e não simplesmente na transmissão e na assimilação disciplinar de conceitos e comportamentos estereotipados (FÁVERO, 2009).

A formação de professores é fundamentada pela experiência, pelo aperfeiçoamento e pela busca de novas maneiras de sintetizar e consolidar seu trabalho pedagógico. Segundo Nóvoa (1995, p. 25), "a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal."

É necessário pensar a educação inclusiva como uma alternativa de criação de uma sala de aula melhor, onde professores e alunos encontrem motivação, para que juntos aprendam e se respeitem nas suas individualidades.

## METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Diante os procedimentos metodológicos adotados, é possível classificar este estudo como uma pesquisa de campo, sob uma abordagem qualitativa. O mesmo foi realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Bispo dos Santos, situada no Povoado Campestre do Abreu, zona rural do município de Tobias Barreto- SE.

A coleta dos dados aconteceu por meio do diálogo com auxílio da entrevista semiestruturada, sendo preservados o anonimato dos sujeitos: aluno e professora. Por fim, foram realizadas as análises dos resultados e posteriormente as considerações finais do presente trabalho.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do que foi observado e das respostas da professora ao ser entrevistada, foram obtidas informações partindo da seguinte pergunta: Você recebe algum curso de capacitação?

*“Nunca recebi nenhum curso de capacitação antes e nem durante o planejamento anual referente a inclusão e a educação especial no que tange a deficiência visual. Busco ajuda e informações na internet, bem como outros métodos para inclui-lo na classe.”*

Desta forma, Bueno (2009) afirma que dentro das atuais condições da educação brasileira não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência.

Quando perguntado se a escola dispões de recursos didáticos, a docente responde:

*“Sim, porém não o suficiente para trabalhar com todos. O material é pouco e não há algo específico que seja adaptado para trabalhar com o aluno deficiente visual. O único material que tem foi eu própria que confeccionei.”*

Nessa perspectiva, Cerqueira e Ferreira (2000, p. 24) afirma que “talvez em nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância como na educação especial de pessoas deficientes”.

Ao ser perguntada como acontece a forma de aprendizagem do aluno com deficiência visual, a profissional responde:

*“Mesmo sem ter recurso apropriado procuro fazer de tudo para que ele aprenda, pesquiso em meios tecnológicos materiais que sejam adequados para a deficiência dele. Confeccionei o livro de português e de matemática utilizando folha de papel ofício, letrinhas e numerais moveis para alfabetizá-lo. Ele toca nas letras e consegue identificar cada uma*

*delas, essa foi umas das formas que utilizei para que ele viesse aprender as letras e os números, a formar palavras e fazer seu próprio nome."*

Nessa linha, Oliveira (2010) aclara que a manipulação de diferentes materiais didáticos ajuda no desenvolvimento da percepção tátil, facilitando a discriminação de detalhes e propiciando a movimentação dos dedos, constituindo desta forma uma aprendizagem mais significativa.

No terceiro momento foi abordado a relação do aluno deficiente visual com seus colegas de classe. A professora relata:

*"Hoje ele consegue se socializar normalmente com os demais alunos, fato que antes não acontecia. Ele ficava o tempo inteiro sem falar e sem querer ficar perto dos coleguinhas, com vergonha por ser deficiente."*

Piaget e Inhelder (1999), afirma que a afetividade amplia à proporção da multiplicação das relações sociais, e os sentimentos morais evoluem no sentido do respeito mútuo e da reciprocidade. As trocas sociais passam a dar lugar a um processo de estruturação gradual ou socialização, coordenando pontos de vista e de cooperação nas ações e informações.

Quanto a estrutura escolar, foi perguntado se a escola está preparada para receber esse aluno com deficiência visual. A professora responde:

*"Não, é preciso ser mudado muita coisa. Sendo então necessário a colocação do piso tátil, de recursos que sejam adaptados para trabalhar com essa criança, além da preparação específica de toda a equipe escolar frente este novo paradigma educacional."*

Assim, Alves (2009) relata que para uma educação inclusiva mais efetiva o importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários da escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro da sala de aula.

Por fim, foi perguntado se a família auxilia a escola no processo educativo? A mesma diz que:

*Sim, a mãe é muito presente na educação do filho. Ela nos auxilia, dando-nos total apoio em todas as necessidades surgidas durante o processo educativo e social.*

Segundo Fernandes (2014), é essencial à participação dos pais na escola para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno, ainda mais quando se tem necessidade especial. A criança sente quando seus pais querem acompanhar seu desenvolvimento, acham importante e se interessam por eles.

Por fim, fica claro que o processo de inclusão do aluno com deficiência visual é extremamente desafiador, exigindo uma atualização contínua de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem destes alunos. É indispensável o apoio da família junto a escola para o cumprimento das leis existentes e segurança de todos os direitos prevalecidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira tem discutido de forma ativa um novo paradigma em que a escola, parte social fundamental na formação humana, deverá oferecer a todos os indivíduos condições plenas de desenvolvimento. Ao introduzir o objetivo do presente estudo foi possível perceber que a escola João Rodrigues vem tentando receber da melhor maneira o estudante com deficiência visual. As confecções dos materiais feitos pela professora, as solicitações que a escola vem fazendo à secretaria de educação do município, no intuito de disponibilizar recursos adaptados para que assim, se possa desenvolver uma aprendizagem significativa, é um ponto de destaque no processo inclusivo do aluno deficiente visual.

Através dos resultados foi possível compreender que o professor precisa atentar-se para a formação continuada, para a necessidade da inovação e da reflexão pedagógica constantemente. Sendo importante a escola preocupar-se em oferecer um espaço adequado e eficiente. Portanto, várias problemáticas precisam serem sanadas para que se possa proporcionar o direito de uma educação de qualidade assegurados aos cidadãos.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Deficiência Visual; Formação de Professores.

## REFERÊNCIAS

- ALVES F. Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB: lei n. 9394/96. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.
- CERQUEIRA, J O. B. S.; FERREIRA, E. M. B. Recursos didáticos na educação especial. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro: IBCENTRO, n. 6, abr. 2000.
- BUENO J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Revista Brasileira de Educação Especial. 2009; 3(5): 7-25.

FÁVERO, O; et al. Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.

FERNANDES, D. F. Inclusão escolar: a socialização no ambiente escolar. Revista ciclo do conhecimento, 2014.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e a sua formação. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, F. I. W. A importância dos recursos didáticos adaptados no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais

PIAGET, J.; INHELDER, B. La Psychologie de l'Enfant. Paris: PUF, 1966. [A Psicologia da Criança. São Paulo: Difel, 1968]

SILVEIRA BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.